

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



26/03/2019
TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





POLÍTICA

Pente-fino identifica 883 pendências em convênios do Estado

MUNICÍPIOS Contratos selados entre 1999 e 2010 envolvem R\$ 650 milhões em acertos com prefeituras ou entidades

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Em um pente-fino sobre convênios realizados de 1999 a 2010, o governo estadual identificou 883 pendências de prestações de contas em um conjunto que envolve R\$ 650 milhões em acertos com prefeituras ou entidades. Os dados foram enviados ao Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), para apuração e também servem de base para o próprio Estado notificar municípios em busca de esclarecimentos.

O trabalho está sob responsabilidade do Núcleo de Convênios da Secretaria Estadual de Administração (Sead), antiga Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), que foi criado no final do ano passado e avalia todos os convênios sob responsabilidade da pasta. De 2011 em diante os convênios passaram a ser

geridos pelas Secretarias da Casa Civil e de Governo.

Um diagnóstico finalizado este mês aponta para a suspeita de uma série de irregularidades: arquivamentos sem assinaturas de responsáveis, ausência de monitoramento e fiscalização de obras, aditivos para outros objetos, desaparecimento de autos, falta completa de prestação de contas, entre outros.

De acordo com a equipe do Núcleo, com a transferência dos convênios a outras pastas, o setor de fiscalização dos antigos termos ficou precarizado e não houve equipe para se debruçar sobre os documentos. A partir do ano passado, a ex-Segplan, sob o comando de Joaquim Mesquita, decidiu organizar o passivo.

Até agora a Sead emitiu 50 notificações a prefeituras cobrando a devolução de cerca de R\$ 600 mil, mas que não dizem respeito a reprovação de contas, mas sim

a casos específicos em que houve apenas repasses iniciais de R\$ 1 mil e os convênios não foram levados adiante. Outras 109 notificações cobram a prestação de contas. O trabalho é recente e o Núcleo de Convênios prevê que só encerrará todo o processo de análise em um ano.

A Sead recebeu R\$ 70 mil de devolução de recursos, mas tem expectativa de receber outros R\$ 230 mil até o final deste mês. Os processos esbarram nas trocas de prefeitos e falta de documentação. Para os casos de não pagamento, serão adotadas medidas administrativas contra as prefeituras.

O fato de os convênios somarem R\$ 650 milhões não significa que todo esse montante tenha sido repassado a municípios e entidades: trata-se do que foi pactuado e não necessariamente pago. Não há informações conclusivas sobre danos ao erário e quanto o

Lupa em convênios

Análise da Sead sobre 883 processos de 1999 a 2010 pendentes de regularização



Arquivados sem a manifestação do ordenador de despesas

A legislação exige assinatura do ordenador de despesas (secretário de Estado) para arquivamento, mas não houve. Os convênios devem ser desarquivados, reanalisados e encaminhados para aval do ordenador de despesas.

320

Aguardando análise do Núcleo de Convênios

322 convênios com municípios

49 convênios com fins lucrativos

371 AO TOTAL

Análise concluída pelo Núcleo, a ser repassado ao ordenador de despesa

136

Pendências em relação a tomada de contas especial do TCE

26

Aguardando julgamento pelo ordenador de despesas

30



Estado pode retomar de valores.

De acordo com o diagnóstico do Núcleo, foram identificados 12 autos de prestação de contas que estão desaparecidos - as prefeituras possuem recibo da entrega da documentação, mas o pro-

cesso físico não foi encontrado. "É preciso apurar responsabilidades. Como pode ocorrer arquivamento de convênios sem prestação de contas? Parece meio grave", diz o secretário de Administração, Pedro Henrique Sales.



Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

Juiz suspende contratos temporários e determina convocação de 900 professores

O juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia, Élcio Vicente da Silva, concedeu liminar que determina que o Estado de Goiás encerre todos os contratos temporários de professores da rede estadual até o final de junho deste ano. O fim do primeiro semestre letivo também é data limite dada pelo magistrado para que o Estado adote providências para que sejam feitas a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados no último concurso, garantindo-se a continuidade do serviço essencial de educação. Serão beneficiados com a decisão 900 aprovados no concurso para Professor Nível III. De acordo com a ação, o Estado publicou edital em 5 de abril de 2018 que deflagrou concurso público para provimento de 900 cargos de Professor Nível III do quadro permanente da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduc). O resultado final do concurso foi publicado em 24 de agosto de 2018 e homologado em 10 de setembro de 2018, com vencimento em 10 de março de 2019. No entanto, nesse período, nenhum dos aprovados foi convocado para tomar posse. Em virtude disso, a 5ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento Inicial propôs Ação Civil Pública no dia 12 de janeiro deste ano.





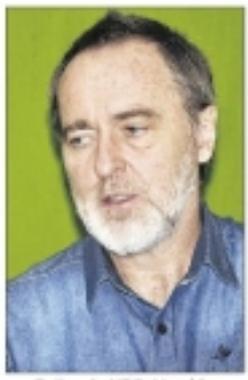
UEG

Conselho Universitário deve pedir afastamento do reitor

Uso do dinheiro do Pronatec para pagar cabos eleitorais do PSDB são o estopim para pedido de afastamento de Haroldo Reimer

DA REDAÇÃO

O Conselho Universitário (CsU) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) convocou uma reunião para esta quarta-feira, onde entre as pautas de discussão está o pedido de afastamento do atual reitor da UEG, Haroldo Reimer, devido às denúncias pelos pagamentos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A primeira reunião foi convocada pelo próprio reitor na última terça-feira (19/03) após as primeiras denúncias contra o reitor aparecerem e o caso passar a ser investigado pela Controladoria Geral do Estado (CGE). Entre as pautas previstas para a reunião estão oito itens, no entanto outros processos deverão ser incluídos no debate do CsU. Enquanto a reunião do conselho da UEG não ocorre, nos bastidores, aliados do governo estadual trabalham para apresentar uma proposta de afastamento do atual reitor e contar com mais da metade dos votos necessários no Conselho da UEG para aprovar o afastamento.



Reitor da UEG, Haroldo Reimer: investigações

Pronatec para pagar cabos eleitorais do PSDB nas eleições de 2018. Os aliados do governo trabalham em cima do que é estabelecido pelo artigo 37 da CF, que diz o seguinte: o governador vai decretar a qualquer momento, a partir de uma solicitação do CsU ou de alguma medida

do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) ou do Tribunal de Contas do Estado (TCE) mostrando irregularidades cometidas na administração da universidade, o afastamento temporário do reitor e ou do vice-reitor, além de solicitar algum como interventor da UEG para ocupar o cargo durante a apuração das denúncias por 60 dias úteis ou até a recondução do reitor ao cargo, em caso de nada ter sido comprovado. Os servidores da UEG denunciaram o atual reitor de usar a verba do Pronatec para pagar apadrinhados políticos e cabos eleitorais do PSDB nas eleições de 2018. Entre os apadrinhados que usam o dinheiro do Pronatec estão o próprio reitor da UEG, Haroldo Reimer, a secretária direta do reitor Francielly de Alencar, ex-chefe de gabinete do reitor Juliana Oliveira Almeida, conhecida pelos servidores da universidade pela alcunha de "desalmada" e o próprio marido de Juliana, Antônio Sérgio Fidalgo de Souza, que disputou o cargo para vereador do município de Campo Limpo de Goiás,

UEG divulga nota sobre diligências da Controladoria Geral do Estado

DA REDAÇÃO

Com mais de 26 mil estudantes distribuídos em 158 cursos de graduação, 14 mestrados, 2 doutorados e 78 cursos de especialização, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) é o espaço em que milhares de pessoas conseguiram mudar suas vidas. Prestes a completar 20 anos, presente em 39 cidades, mas que atinge 236 municípios goianos via educação a distância - dispondo de 21 polos de EaD e 45 polos da UEG em Rede - e que presta relevantes serviços ao estado de Goiás, sempre prezou e continuará prezando pela total transparência de suas ações. A Instituição nunca se furtou a investigar e a buscar soluções para possíveis problemas, bem como sempre contribuiu para a resolução dos mesmos e deu total apoio a inspeções ou auditorias de qualquer natureza. E agora não será diferente. Em vista dos acontecimentos dos últimos dias e de instaurações que recaem sobre, a Instituição

vem a público se manifestar em relação às diligências efetuadas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Prato de convênio assinado em 2015 com o Governo Federal, o Pronatec/UEG contabilizou, no ano passado 3.571 estudantes divididos nas duas frentes de atuação: O Médio-Tec, voltado para estudantes do ensino médio que concomitantemente recebem formação técnica, e os cursos de Formação Inicial Continuada, de menor duração e voltados para a qualificação profissional. A oferta destes cursos é orientada de acordo com as demandas apresentadas pelos municípios parceiros e estão alinhadas com as potencialidades locais. Com o Instituto de ensino, a UEG segue elevados padrões para o oferecimento de cursos em todos os níveis, o que é garantido por seu corpo técnico altamente qualificado.



Com denúncias, cortes e atraso de salários, Universidade vive caos

DA REDAÇÃO

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) é uma das vítimas da crise financeira que Goiás vive. De acordo com o grupo "UEG em movimento", no início de 2019, o Governo de Goiás reduziu em 20% o orçamento da instituição, ampliando cortes que haviam sido feitos entre novembro e dezembro de 2018. Somado a isso, está a situação que os servidores enfrentam com o atraso do salário de dezembro e do 13º de aniversariantes daquele mês. Há, ainda, uma preocupação com uma possível proposta de redesenho da UEG, que estaria sendo estruturada por um grupo de trabalho nomeado pela reitoria.

"Isso está sendo feito sem que seja realizado um efetivo debate com a comunidade acadêmica. Essa equipe pode, entre outras medidas, propor o fechamento de cursos e de Câmpus", alerta o movimento de professores em informativo enviado à imprensa. O grupo ainda anunciou indicação de greve em 11 câmpus da universidade. Entre eles, ode Jardim, Iapora, Puzangui, Formosa, São Luís de Montes Belos, Lanarinhas, em Goiânia, Porangaba, Uruaçu, Iporê, Bumbiani e Pires do Rio. Professores se mobilizaram em protesto no centro de Goiânia. Eles reivindicavam pagamento do salário de dezembro, pagamento de bolsões de pesquisa, garantia de participação em eventos científicos,

garantia de realização de trabalhos em campo e ainda protestavam contra suspensão no progresso de carreira, cortes no orçamento e aprofundamento da precarização das condições de trabalho e estru. Sobre o movimento de professores, a direção da UEG emitiu nota: "Com relação às manifestações dos docentes e discentes, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) informa que acompanha de perto a situação e busca garantir o pagamento dos servidores da instituição, bem como tem buscado reverter os cortes em seu orçamento. Com relação ao redesenho da instituição, foi montada uma comissão no sentido de estudar um redimensionamento na oferta de cursos, entre outros assuntos. O projeto ainda está em elaboração e, logo após, passará pela apreciação do Conselho Universitário. Só depois será apresentado ao governo. A UEG também compreende e respeita o direito de sua comunidade acadêmica à livre manifestação"



Professores da UEG protestam por melhores condições de trabalho